

Erradicação do Plantio de Fumo: Vontade Política

Eradication of Tobacco Farming: Will Politics

ALMEIDA, Fernanda Savicki de. Universidade Federal de Santa Catarina, fernanda_savicki@hotmail.com;

GUTIERREZ, Luis Alejandro Lasso. Universidade Federal de Santa Catarina, alejoscout98@gmail.com;

RIBAS, Clarilton E. D. C. Universidade Federal de Santa Catarina, ccribas17@hotmail.com.

Resumo

A fumicultura tem declinado no último quinquênio entre os países produtores, contudo o Brasil apontou um acréscimo expressivo de sua produção na última década, firmando-se como segundo maior produtor desde 2000. Aumentou-se a mobilização e ações voltadas aos riscos do consumo de tabaco em nível mundial, porém, em relação à atividade produtiva, a dimensão tem sido menor. Discute-se aqui a percepção dos fumicultores do Assentamento 25 de Maio sobre os riscos decorrentes da produção de fumo e examina-se o subsídio desta reflexão coletiva para aportar um processo de reconversão produtiva, relacionando-a com os incentivos das políticas públicas de fomento dessa conversão. Destaca-se que todas as famílias entrevistadas deixariam a fumicultura, pois percebem-na como o deterioro de suas condições de trabalho e saúde, contudo o retorno econômico gerado é decisivo para sua manutenção. Já as políticas públicas são conflitantes, uma vez que se instigam os camponeses a deixar a fumicultura, porém, essa atividade é uma das que mais gera taxas e impostos ao Estado.

Palavras-chave: Reconversão produtiva, MST, reforma agrária, políticas públicas.

Abstract

International organizations report that over the last fifteen years tobacco production has declined among the world's principal producing countries. However, Brazil has shown a significant increase of their production in the last decade, consolidating itself as the second largest world producer since 2000. Furthermore, we find that the mobilization efforts and actions in relation to the risks of tobacco consumption worldwide have been increased, while, those associated with the tobacco production have not. This paper discusses the perception of farmers from the settlement known as "25 de Maio", with respect to the risks of tobacco production. It also examines the contribution that this collective reflection makes to this process of converting. It appears that all of the families interviewed would stop producing tobacco since they realize that this activity is the cause of the deterioration of their working conditions and health, but the income generated is the factor that determines their keeping in this activity. However, the national public policies are contradictories because encourage these families to leave the tobacco farming however this agricultural activity increase to the Government much taxes and rates.

Keywords: *Productive process of converting, MST, Agrarian reform, public policies*

Introdução

Na década de 1970 iniciou um crescente movimento que denuncia os efeitos negativos do tabaco. Suas demandas se consolidaram em junho de 2003, quando foi firmado, em Genebra, o Convênio Marco da OMS Para o Controle do Tabaco. Desde então, ações concretas contra o tabagismo têm aumentado no mundo, no Brasil, as ações iniciaram-se oficialmente em 2005. A produção mundial de fumo tem declinado ao longo do último quinquênio entre os principais países produtores e, segundo Carvalho (2006), essa queda foi de 13,2% na quantidade produzida. A FAO (2003) mostra que essa queda está relacionada somente aos países ditos desenvolvidos. Entretanto, nos países em desenvolvimento a produção que era de 3,2 milhões toneladas em 1976, aumentou para seis milhões em 2000. O crescimento da produção de fumo brasileira foi de

Resumos do VI CBA e II CLAA

26,4% entre os anos 1999 e 2008, tendo sua produção de 626.161 toneladas a 850.143 toneladas de folhas, respectivamente (IBGE, 2009). De acordo com os dados da Afubra (2009), esse montante de 2008 foi produzido por um total de 180.520 produtores brasileiros. O acréscimo na produção elevou o Brasil a segundo maior produtor mundial já em 2000, como apresenta a FAO (2003) e primeiro lugar em exportações desde 1993 (CARVALHO, 2006).

Dados associados aos riscos à saúde pelo consumo de tabaco são amplamente difundidos e podem ser acessados através de informações obtidas em organismos como a FAO, OMS e Ministério da Saúde. Frente a essa situação de risco, várias medidas têm sido tomadas, como por exemplo, a proibição do consumo de tabaco em lugares públicos, implementada em um número cada dia maior de cidades no mundo. Por outro lado, informações relacionadas aos riscos ambientais, sociais e à saúde das pessoas envolvidas na produção do tabaco, ainda são escassas. Adicionalmente a pouca informação disponível, a forma de difusão não evidenciam o vínculo entre as características do sistema de produção e os riscos pelo consumo. Isso faz com que no imaginário coletivo não se reconheça que o conjunto de riscos decorrentes do fumo é mais complexo do que aquele associado somente à saúde do consumidor de tabaco.

Há cerca de 20 anos atrás, aqui no Brasil, iniciou-se um movimento antifumo na forma de uma grande rede, unindo diversos movimentos sociais rurais e urbanos. Entre a pauta de reivindicações principais está o questionamento ao sistema produtivo adotado, a contaminação ambiental pelo uso de agrotóxicos e a saúde dos agricultores e agricultoras envolvidos no processo produtivo. (BOEIRA, 2000). A região Sul é a maior produtora de fumo do Brasil, detendo 96,9% da produção atual, sendo Santa Catarina o segundo estado em produção, com 230.627 toneladas de folha, o que representou 27,1% da produção total do país no ano de 2008. A região Norte Catarinense aportou 68.475 toneladas de fumo em folhas no ano de 2007 ao estado de Santa Catarina (IBGE, 2009).

Essa região caracteriza-se por ter um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH do estado (ONU/PNUD, 2000). Nessa situação encontram-se 704 famílias assentadas pelo processo de reforma agrária e mais 400 famílias acampadas em áreas ocupadas, pouco assistidas pelos serviços de educação e saúde, créditos para produção, acesso a beneficiamento e comercialização de seus produtos. Esse é o caso do Assentamento 25 de Maio, objeto de estudo deste trabalho, localizado no município de Santa Terezinha - pertencente à região do Planalto Norte Catarinense, onde 49 das 51 famílias assentadas têm no fumo a sua principal atividade geradora de renda. Em 2007, o município de Santa Terezinha foi o terceiro maior produtor de fumo de Santa Catarina, produzindo 10.494 toneladas de folhas.

Como alternativa à produção de fumo desse assentamento, iniciou-se uma investigação que aponta os desafios e as possibilidades da reconversão do fumo à diversificação das unidades produtivas familiares, tendo como base principal a produção de plantas medicinais, aromáticas e condimentares (PMACs). Essa cadeia produtiva está sendo incentivada na região através do projeto: Produção e industrialização de plantas medicinais: resgate cultural e viabilidade técnica, econômica e comercial nas áreas de assentamentos de reforma agrária do norte de Santa Catarina, aprovado em 2007 pelo edital Universal do CNPq. Uma parceria entre a UFSC através do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária, INCRA e MST. Considera-se que a compreensão da percepção dos assentados em relação aos riscos emergentes da atividade fumageira, é contribuição importante no estabelecimento das condições de uma bem sucedida reconversão produtiva agroecológica nos requisitos já apresentados. Para tanto, um dos propósitos deste documento é refletir sobre o cenário atual de um processo de construção da compreensão coletiva dos riscos da atividade fumageira entre todos os envolvidos. Isso requer reconhecer como os agricultores legitimam as práticas atuais e, a partir disso, vislumbrar

possíveis caminhos. Outro propósito está na relação entre a visão das famílias frente a atividade e quais são as opções possíveis oferecidas pelas políticas públicas, uma vez que a diminuição da fumicultura é objetivo do Estado.

Metodologia

Das 51 famílias que habitam o assentamento apenas 44 são regularmente assentadas. O número de entrevistados totalizou 18 famílias, 41% do total de famílias regulares e foi determinado pelo ponto de saturação ou redundância das respostas (DUARTE, 2002). Dentre as 18 entrevistas consta uma das duas únicas famílias que não são fumicultoras. Para as entrevistas, utilizou-se a categoria semi-estruturada. As entrevistas objetivaram buscar das famílias assentadas informações sobre a situação atual da produção e uso de PMACs – breve levantamento etnoecológico; o processo produtivo do fumo e a percepção dos riscos dessa atividade para as famílias, além de outras informações que possam indicar o potencial das famílias à reconversão da matriz tecnológica e todas as implicações que traz consigo.

Resultados e discussões

Primeiramente, destaca-se que todas as famílias percebem riscos, porém em diferentes níveis.

Esses níveis podem estar relacionados à formação política (grau de inserção e participação na organização interna do MST); aproximação com entidades que trabalham com saúde e com camponeses; grau de escolaridade e faixa etária das famílias. O risco econômico é claramente priorizado frente à idéia de que estão expostos a outros riscos graves suficientes, seja na saúde, seja no ambiente, para motivar atitudes preventivas como também a mudança de atividade. Todas as famílias entrevistadas deixariam de produzir o fumo, contudo o retorno econômico que a atividade gera é o fator que não permite a saída. Outra condição que está associada e dá mais credibilidade ao risco econômico apontada pelas famílias, é a falta de estrutura e opções ao desenvolvimento de outras atividades. Evidentemente vinculadas ao desenvolvimento rural construído historicamente para a região e relacionado ao acesso às políticas públicas ofertadas. Tudo isso influencia a resposta ao risco, mas, principalmente permite que os agricultores continuem se arriscando a produzir fumo. Circunstância que contribui na resposta à controvérsia mais evidente nas entrevistas: todas as famílias se consideram empregados das fumageiras, até mesmo trabalhadores escravos pelo volume de trabalho em alguns períodos da produção, além de adoentados, intoxicados e endividados, porém nenhum deles deixa a atividade.

Pôde-se perceber que para os entrevistados estão muito mais claros os riscos “agudos” ou de curto prazo, da atividade fumageira, que os riscos crônicos e mortais ou de médio e longo prazos. Ou seja, é muito mais palpável a idéia da intoxicação aguda por agrotóxicos, que um provável câncer causado pelo contato freqüente com essas substâncias, mesma condição percebida por Guivant (1994) e Lima *et al* (2002), em suas pesquisas.

As intervenções sobre a intoxicação por agrotóxicos estão presentes em todas as entrevistas. Segundo os relatos, todas as famílias já tiveram um ou mais membros da família intoxicados por agrotóxicos. Outra situação que traz riscos à saúde para as pessoas envolvidas no processo produtivo do fumo, muito freqüente, está ligada aos problemas físicos decorrentes da atividade. Verificou-se que muitas famílias têm pessoas com problemas de hérnia, coluna, tendinites, resultantes do pesado trabalho com o fumo.

A percepção dos riscos ambientais são muitos incipientes e os que são apontados pelas famílias também estão vinculados aos agrotóxicos. Os entrevistados citam herbicida que inibe a floração de muitas frutíferas, principalmente as “de clima temperado”, mais freqüentes na região. Apenas uma família enfatizou o efeito residual dos agrotóxicos e nicotina no solo, relatando o insucesso

Resumos do VI CBA e II CLAA

dos plantios sucessivos ao fumo. Merece destaque o não reconhecimento dos riscos ambientais relacionados à água, já que esse assentamento conta com muitas nascentes e contribuintes do Rio da Prata, importante rio da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.

Conclusões

A falta de apoio da estrutura pública no momento da consolidação do assentamento, encontrada até os dias de hoje, promoveu a entrada do fumo como única alternativa de renda às famílias assentadas e, praticamente, para a região. Entretanto, os seguintes fatores observados no assentamento podem, junto com o exercício de percepção dos riscos, contribuir na reconversão produtiva. Inicialmente, ressalta-se um conjunto de características importantes da cultura camponesa que os assentados imprimem em suas formas de viver, produzir e se relacionar com o meio.

O desenho que as famílias fazem de seus lotes ou unidades produtivas familiares é inerentemente diversificado. Apesar da intensa presença do fumo, as famílias garantem sua produção para auto-consumo, uma preocupação muito visível entre eles, demonstrada pela variedade de alimentos disponíveis para o uso familiar, como hortaliças, frutas, PMACs, animais, milho, feijão, batata, mandioca. Também estão garantidas, entre as famílias, atividades paralelas ao fumo geradoras de renda, como: produção de leite e derivados, fruticultura, milho, feijão, hortaliças e artesanato pelas mulheres. Todavia, essas atividades são muito incipientes, na medida em que as famílias estão conscientes que não há onde escoar grandes produções.

Especificamente às PMACs, as famílias citaram 98 plantas que são utilizadas freqüentemente, seja para chás, temperos, infusões, emplastos, repelentes, entre outros; fato que demonstra os seus conhecimentos tradicionais. É interessante notar que muitas famílias colhem e utilizam PMACs da vegetação nativa, entretanto nenhuma família é natural da região, vieram do oeste do estado. Isso revela uma fusão entre o conhecimento tradicional trazido e o conhecimento tradicional local que foi adquirido, construindo um conhecimento novo e próprio dessas famílias.

O exercício de propiciar um cenário reflexivo em torno da percepção dos riscos decorrentes da atividade fumageira, somado à existência – ainda embrionária - de articulação entre a linguagem leiga e técnica no interior do assentamento, já começa a mostrar seus efeitos sobre o caminho da reconversão produtiva. Contudo, sua contribuição como um elemento desencadeador de transformação vai além do produtivo, visando autonomia. Nas entrevistas, os agricultores mostram um claro posicionamento frente ao fumo, apontando nele a causa de sua situação de dependência e da deterioração de suas condições de trabalho e de saúde. Em consequência se declaram interessados e dispostos a modificar sua atividade produtiva, porém, com a garantia de um processo fortemente estruturado que vá criando as condições de estabilidade econômica razoavelmente asseguradas pelo fumo.

À parte da intenção das famílias na reconversão a outra atividade, incentivos advindos da esfera pública têm que estar disponíveis para que, realmente, haja alternativas viáveis ao fumo na região. Isso implica em parcerias com outros órgãos públicos; facilidade à instalação de agroindústrias de caráter familiar, que beneficiem alimentos; estruturação de armazéns e depósitos de alimentos; efetivação da política de merenda escolar com alimentos da agricultura familiar; melhora na estrutura viária da região; créditos mais acessíveis para a produção de alimentos; entre outros. Se no momento, as 180.520 famílias fumicultoras do país pudessem acessar o Pronaf no valor total de R\$9.500,00, mais a garantia de venda para o PAA de R\$3.500,00, isso significaria em termos de recurso, um montante de R\$2,6 bilhões aos cofres públicos. Para se ter uma idéia da irrelevância desta soma a dívida patronal do setor agrícola (agronegócio) renegociada no final do ano passado foi superior a R\$ 75 bilhões, ou seja, quase

Resumos do VI CBA e II CLAA

trinta vezes maior do custo necessário ao estímulo decisivo para o virtual abandono do plantio do fumo em todo o Brasil. A partir do exercício de análise discutido nesse documento, nota-se que caminhos à compreensão dos riscos da cadeia produtiva do fumo estão sendo construídos pelas famílias agricultoras assentadas. Entretanto, enquanto o poder público não tomar medidas necessárias para apoiar a reconversão, a prioridade dos agricultores aos riscos econômicos da atividade fumageira se manterá preponderante.

Referências

AFUBRA. *Perfil do fumicultor sul-brasileiro* – distribuição fundiária, safra 07/08. Santa Cruz do Sul: AFUBRA, 2009. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal>. Acesso em: jan. 2009.

BOEIRA. *“Atrás da Cortina de Fumaça” Tabaco, tabagismo e Meio Ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica*. Florianópolis: Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, 431 f., 2000.

CARVALHO, C. B. *Relação socioeconômica dos fumicultores-fumageiras da região de Sombrio, SC e uma proposta de transição agroecológica*. 2006. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o Trabalho de Campo. São Paulo: *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 139-154, 2002.

FAO. *Cuestiones Relacionadas con la Economía Mundial del Tabaco*. Genebra: 2003. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/007/y4997s/y4997s01.pdf>. Acesso em: 17 de nov. 2008.

GUIVANT, J. Percepção dos olericultores da Grande Florianópolis (SC) sobre os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 82, n. 22, p. 47-57, 1994.

IBGE. *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – 1999-2009*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>>. Acesso em: jan. 2009.

LIMA et al. Riscos coletivos e impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana e ambiental: um estudo piloto de saúde ocupacional. Curitiba: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 5 p. 73-87, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Tabagismo: orientação e prevenção*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=29479>. Acesso em: fev. 2009.

ONU/PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Brasília: ONU, 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: jan. 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAUDE. *Relatório da OMS sobre a epidemia global de tabagismo*. Genebra: Pacote MPOWER, 2008.